

**ORGANIZAÇÃO: MARCOS RAMAYANA
ANA LUIZA SODRÉ DE MORAES
CHRISTIANA SODRÉ DE MORAES**



LEGISLAÇÃO ELEITORAL BRASILEIRA

13ª edição
revista e atualizada

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

Imagem de Capa: Nook Hok em shutterstock.com

Diagramação: Equipe JusPODIVM

Fechamento desta edição: 11.01.2024.

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 12.ª edição.

R166I Ramayana, Marcos.
Legislação Eleitoral Brasileira / Marcos Ramayana, Ana Luiza Sodré de Moraes e
Christiana Sodré de Moraes – 13.ed., rev. e atual. – São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.

352 p.

ISBN: 978-85-442-4842-3

1. Direito Eleitoral. 2. Legislação. I. Ramayana, Marcos. II. Moraes, Ana Luiza Sodré de.
III. Moraes, Christiana Sodré de. IV. Título.

CDD 341.28

Bibliotecária responsável:
Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Índice Geral

► CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (ARTIGOS ESPECÍFICOS)	19
--	----

► EMENDAS CONSTITUCIONAIS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 91, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016	34
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 97, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017	34
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 107, DE 2 DE JULHO DE 2020	35
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 111, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021	37
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 117, DE 5 DE ABRIL DE 2022	38
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 125, DE 14 DE JULHO DE 2022	39
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 131, DE 3 DE OUTUBRO DE 2023	39

► CÓDIGO ELEITORAL

Índice Sistemático do Código Eleitoral	43
LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965	45

► LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 35, DE 14 DE MARÇO DE 1979 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)

<i>Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.</i>	98
--	----

LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990

<i>Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.</i>	99
---	----

LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)

<i>Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.</i>	106
--	-----

LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1993

<i>Disciplina a fixação do número de Deputados, nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal.</i>	108
---	-----

LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 12 DE JANEIRO DE 1994 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)

<i>Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.</i>	109
--	-----

LEI COMPLEMENTAR Nº 135, DE 04 DE JUNHO DE 2010

<i>Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.</i>	110
---	-----

LEI COMPLEMENTAR Nº 184, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021

<i>Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para excluir da incidência de inelegibilidade responsáveis que tenham tido contas julgadas irregulares sem imputação de débito e com condenação exclusiva ao pagamento de multa.</i>	112
---	-----

► **LEIS ORDINÁRIAS**

LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965 (ARTIGO ESPECÍFICO)

Regula a ação popular. 113

LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)

Dispõe sobre o Estatuto do Índio. 113

LEI Nº 6.091, DE 15 DE AGOSTO DE 1974

Dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, e dá outras providências. 114

LEI Nº 6.236, DE 18 DE SETEMBRO DE 1975

Determina providências para cumprimento da obrigatoriedade do alistamento eleitoral. 116

LEI Nº 6.996, DE 07 DE JUNHO DE 1982

Dispõe sobre a utilização de processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais e dá outras providências. 116

LEI Nº 6.999, DE 07 DE JUNHO DE 1982

Dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral e dá outras providências. 118

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências. 119

LEI Nº 7.444, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1985

Dispõe sobre a implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e a revisão do eleitorado e dá outras providências. 119

LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990

Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal. 120

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)

Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. 123

LEI Nº 8.239, DE 4 DE OUTUBRO DE 1991

Regulamenta o art. 143, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, que dispõem sobre a prestação de Serviço Alternativo ao Serviço Militar Obrigatório. 124

LEI Nº 8.350, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1991

Dispõe sobre gratificações e representações na Justiça Eleitoral. 125

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)

Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021) 125

LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. 130

LEI Nº 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)

Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências. 130

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)	
<i>Faculta o registro, nos documentos pessoais de identificação, das informações que especifica.....</i>	131
LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995	
<i>Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.....</i>	131
LEI Nº 9.265, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996	
<i>Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.</i>	145
LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997	
<i>Estabelece normas para as eleições.</i>	145
LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998	
<i>Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.....</i>	179
LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)	
<i>Institui o Código Civil.</i>	180
LEI Nº 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)	
<i>Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.</i>	181
LEI Nº 10.842, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2004 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)	
<i>Cria e transforma cargos e funções nos Quadros de Pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, destinados às Zonas Eleitorais.</i>	181
LEI Nº 11.300, DE 10 DE MAIO DE 2006	
<i>Dispõe sobre propaganda, financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais, alterando a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.....</i>	181
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)	
<i>Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.....</i>	183
LEI Nº 12.034, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009	
<i>Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.</i>	184
LEI Nº 12.875, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013	
<i>Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, nos termos que especifica.</i>	193
LEI Nº 12.891, DE 11 DEZEMBRO DE 2013	
<i>Altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para diminuir o custo das campanhas eleitorais, e revoga dispositivos das Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, e 9.504, de 30 de setembro de 1997.</i>	194
LEI Nº 12.976, DE 19 MAIO DE 2014	
<i>Altera o § 3º do art. 59 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer a ordem dos painéis na urna eletrônica.</i>	198
LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)	
<i>Código de Processo Civil.</i>	198
LEI Nº 13.107, DE 24 DE MARÇO DE 2015	
<i>Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre fusão de partidos políticos.....</i>	199

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)..... 200

LEI Nº 13.165, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. 201

LEI Nº 13.444, DE 11 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN). 210

LEI Nº 13.487, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, e 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão..... 212

LEI Nº 13.488, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral. 213

LEI Nº 13.831, DE 17 DE MAIO DE 2019

Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), a fim de assegurar autonomia aos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios; e dá outras providências. 217

LEI Nº 13.834, DE 4 DE JUNHO DE 2019

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para tipificar o crime de denúncia caluniosa com finalidade eleitoral. 219

LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). 219

LEI Nº 13.877, DE 27 DE SETEMBRO DE 2019

Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), 13.831, de 17 de maio de 2019, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre regras aplicadas às eleições; revoga dispositivo da Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017; e dá outras providências. 223

LEI Nº 13.878, DE 3 DE OUTUBRO DE 2019

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a fim de estabelecer os limites de gastos de campanha para as eleições municipais. 227

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)

Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001..... 227

LEI Nº 14.192, DE 4 DE AGOSTO DE 2021

Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os

<i>crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais.....</i>	228
LEI Nº 14.197, DE 1º DE SETEMBRO DE 2021	
<i>Acréscimo o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).....</i>	229
LEI Nº 14.208, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021	
<i>Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para instituir as federações de partidos políticos.</i>	231
LEI Nº 14.211, DE 1º DE OUTUBRO DE 2021	
<i>Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para ajustar a sua redação à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais; para fixar critérios para a participação dos partidos e dos candidatos na distribuição dos lugares pelo critério das maiores médias nas eleições proporcionais; e para reduzir o limite de candidatos que cada partido poderá registrar nas eleições proporcionais.</i>	231
LEI Nº 14.291, DE 3 DE JANEIRO DE 2022	
<i>Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), para dispor sobre a propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão.....</i>	233
LEI Nº 14.356, DE 31 DE MAIO DE 2022	
<i>Altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para dispor sobre as contratações de serviços de comunicação institucional, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre gastos com publicidade dos órgãos públicos no primeiro semestre do ano de eleição.....</i>	234
► DECRETOS	
DECRETO Nº 4.199, DE 16 DE ABRIL DE 2002	
<i>Dispõe sobre a prestação de informações institucionais relativas à Administração Pública Federal a partidos políticos, coligações e candidatos à Presidência da República até a data da divulgação oficial do resultado final das eleições.....</i>	236
DECRETO Nº 7.791, DE 17 DE AGOSTO DE 2012	
<i>Regulamenta a compensação fiscal na apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ pela divulgação gratuita da propaganda partidária e eleitoral, de plebiscitos e referendos.</i>	236
► DECRETOS-LEIS	
DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967	
<i>Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.....</i>	238
DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)	
<i>Código Penal.....</i>	241
DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03 DE OUTUBRO DE 1941 (ARTIGOS ESPECÍFICOS)	
<i>Código de Processo Penal.....</i>	241
► RESOLUÇÕES DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	
RESOLUÇÃO Nº 20.958, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2001	
<i>Instruções que regulam a investidura e o exercício dos membros dos tribunais eleitorais e o término dos respectivos mandatos.....</i>	245

RESOLUÇÃO Nº 21.008, DE 5 DE MARÇO DE 2002	
<i>Dispõe sobre o voto dos eleitores portadores de deficiência.</i>	246
RESOLUÇÃO Nº 21.009, DE 5 DE MARÇO DE 2002	
<i>Estabelece normas relativas ao exercício da jurisdição eleitoral em primeiro grau.</i>	246
RESOLUÇÃO Nº 21.477, DE 28 DE AGOSTO DE 2003	
<i>Dispõe sobre a formação do agravo de instrumento contra decisão que não admitir o processamento do recurso especial.</i>	247
RESOLUÇÃO Nº 21.975, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004	
<i>Disciplina o recolhimento e a cobrança das multas previstas no Código Eleitoral e leis conexas e a distribuição do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário).</i>	247
RESOLUÇÃO Nº 22.121, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2005	
<i>Dispõe sobre as regras de adequação de institutos ou fundações de pesquisa e de doutrinação e educação política de partidos políticos às normas estabelecidas no Código Civil de 2002.</i>	249
RESOLUÇÃO Nº 22.607, DE 18 DE OUTUBRO DE 2007	
<i>Dispõe sobre a residência do juiz eleitoral, nos termos dos arts. 93, VII, e 118, da Constituição Federal, do inciso V do art. 35, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, art. 32, do Código Eleitoral, e da Resolução nº 37, de 6 de junho de 2007, do Conselho Nacional de Justiça.</i>	250
RESOLUÇÃO Nº 22.610, DE 25 DE OUTUBRO DE 2007	
<i>O Tribunal Superior Eleitoral, no uso das atribuições que lhe confere o art. 23, XVIII, do Código Eleitoral, e na observância do que decidiu o Supremo Tribunal Federal nos Mandados de Segurança nº 26.602, 26.603 e 26.604, resolve disciplinar o processo de perda de cargo eletivo, bem como de justificação de desfiliação partidária, nos termos seguintes:</i>	250
RESOLUÇÃO Nº 22.747, DE 27 DE MARÇO DE 2008	
<i>Aprova instruções para aplicação do art. 98 da Lei nº 9.504/1997, que dispõe sobre dispensa do serviço pelo dobro dos dias prestados à Justiça Eleitoral nos eventos relacionados à realização das eleições.</i>	251
RESOLUÇÃO Nº 23.385, DE 16 DE AGOSTO DE 2012	
<i>Estabelece diretrizes gerais para a realização de consultas populares concomitante com eleições ordinárias.</i>	252
RESOLUÇÃO Nº 23.422, DE 6 DE MAIO DE 2014	
<i>Estabelece normas para criação e instalação de zonas eleitorais e dá outras providências.</i>	256
RESOLUÇÃO Nº 23.478, DE 10 DE MAIO DE 2016	
<i>Estabelece diretrizes gerais para a aplicação da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Novo Código de Processo Civil –, no âmbito da Justiça Eleitoral.</i>	259
RESOLUÇÃO Nº 23.517, DE 4 DE ABRIL DE 2017	
<i>Dispõe sobre a lista tríplice para preenchimento das vagas de juízes dos tribunais regionais eleitorais, na classe dos advogados.</i>	261
RESOLUÇÃO Nº 23.571, DE 29 DE MAIO DE 2018	
<i>Disciplina a criação, organização, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos.</i>	263
RESOLUÇÃO Nº 23.604, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019	
<i>Regulamenta o disposto no Título III – Das Finanças e Contabilidade dos Partidos – da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.</i>	278

RESOLUÇÃO Nº 23.618, DE 7 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre a designação de zona(s) eleitoral (is) específica(s) para processamento e julgamento das infrações penais comuns contidas na decisão do Supremo Tribunal Federal nos autos do INQ nº 4435/DF, quando conexas a crimes eleitorais e dá outras providências. 298

RESOLUÇÃO Nº 23.640, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a apuração de crimes eleitorais. 299

RESOLUÇÃO Nº 23.659, DE 26 DE OUTUBRO DE 2021

Dispõe sobre a gestão do cadastro eleitoral e sobre os serviços eleitorais que lhe são correlatos. 301

RESOLUÇÃO Nº 23.670, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre as federações de partidos políticos. 323

RESOLUÇÃO Nº 23.709, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o procedimento de execução e cumprimento de decisões impositivas de multas e outras sanções de natureza pecuniária, exceto criminais, proferidas pela Justiça Eleitoral. 326

RESOLUÇÃO Nº 23.714, DE 20 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre o enfrentamento à desinformação que atinja a integridade do processo eleitoral. 334

► RESOLUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)**RESOLUÇÃO Nº 30, DE 19 DE MAIO DE 2008**

Estabelece parâmetros para a indicação e a designação de membros do Ministério Público para exercer função eleitoral em 1º grau. 336

► SÚMULAS SELECIONADAS

Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral 340

Súmulas do Superior Tribunal de Justiça 342

Súmulas do Supremo Tribunal Federal 342

Súmula Vinculante 342

► ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

Índice Alfabético-Remissivo 344